

FAVELA: ANÁLISE CRÍTICO-PROPOSITIVA DAS ABORDAGENS EXISTENTES

SLUMS: A REVIEW OF EXISTING APPROACHES AND AN ALTERNATIVE PROPOSAL

Alfio Conti*

RESUMO

Através de uma análise crítica das abordagens existentes para o estudo e a compreensão da favela, busca-se aquela que garanta viabilidade operacional, além de uma visão geográfica abrangente e multidisciplinar. A primeira parte do artigo formula uma crítica à abordagem clássica-radical, mostrando seus limites e contradições; a segunda analisa as outras abordagens e suas potencialidades; a terceira e última parte, dividida em duas seções, busca encontrar, na abordagem desenvolvida por Malard, os elementos e os caminhos para definir uma proposta alternativa, abrangente e integrada, que seja capaz de substituir a abordagem radical, quer em termos analíticos, quer operativos.

Palavras-chave: Favela; Geografia crítica; Fenomenologia.

ABSTRACT

This article aims at finding, through a critical analysis of the existing approaches used for the study and the comprehension of slums, the one that guarantees, feasibility in terms of operation, apart from an extensive and multidisciplinary geographical view. The text is divided into three parts. The first presents a criticism of the classical-radical approach, showing its limits and contradictions; the second analyzes other existing approaches, considered as alternatives, evaluating their potentialities; the third and last part, divided into two sections, attempts to find, in the approach developed by Malard, elements and ways to define an alternative, extensive and complete proposal, able to replace the radical approach both in analytical and in operational terms.

Key words: Slums; Critical geography; Phenomenology.

* Professor do Departamento de Arquitetura e Urbanismo da PUC Minas, doutorando em Geografia – Tratamento da Informação Espacial, PUC Minas.

BREVE RETROSPECTO CRÍTICO

Contar a história das favelas é contar uma parte importante da história das nossas cidades. Essa frase, até há poucas décadas, poderia criar sérios constrangimentos a quem ousasse pronunciá-la. Por trás dela está o fato de que a favela, atualmente, não é mais considerada um subproduto casual e aleatório do processo de urbanização brasileiro, mas um fenômeno de conotações estritamente relacionadas ao conjunto de modificações ocorridas recentemente, em uma pluralidade de escalas e âmbitos, na nossa sociedade e no mundo.¹

A produção acadêmica a respeito dos resultados dessas modificações é vasta e está em contínua ampliação. O debate encontra-se aberto, apesar de o foco da atenção estar concentrado nos efeitos dos processos nos países centrais.

O debate relativo às conseqüências desses processos no Brasil é dominado pelas análises produzidas pelos centros consolidados de pesquisa, os mesmos que dominam o debate no nível mundial e que acabam reservando, para essas questões, uma atenção e um espaço pautados e mantidos vivos, em boa parte, a partir da demanda de formação acadêmica que vem de parte da intelectualidade oriunda dos países onde esses fenômenos acontecem.

Essa situação complica-se quando se observa que a orientação das instituições de fomento e ajuda internacional continua sendo influenciada por esses mesmos centros de pesquisa, pautada nos resultados das atividades aí desenvolvidas por alguns poucos interessados que, para poder atender ao objetivo de nortear, através da produção de conhecimento, as atividades das agências de fomento, acabam cobrindo um conjunto da realidade cuja complexidade requer uma capacidade de síntese além das capacidades de qualquer cientista

¹ Esses processos, que atingem os âmbitos social, político, econômico, cultural e ideológico, são: a redemocratização do país, a abertura econômica, a globalização, a descentralização administrativa e das políticas públicas, a estabilidade econômica, os novos objetivos e as novas políticas das instituições financiadoras da cooperação internacional.

ou de qualquer grupo de trabalho. Afinal, o resultado desse trabalho é, na melhor das hipóteses, uma visão distorcida e sempre marcada por parcialidade e generalismo em razão do grau de subjetividade imposto por interesses e pontos de vista do próprio estudioso e pela orientação ideológico-política do próprio centro de pesquisa. O mais grave é que essa postura repete-se ao longo de toda a cadeia da produção do conhecimento que une centros internacionais de pesquisa, agências de fomento e agentes locais de desenvolvimento.

Os danos maiores acontecem quando se observa que, para poder aspirar a alcançar as fontes de financiamento das agências internacionais, as poucas agências locais empenhadas no desenvolvimento de práticas alternativas de intervenção, ao buscar certo grau de autonomia intelectual e um diferencial a partir da constatação dos poucos resultados atingidos até hoje, têm de se submeter à adoção de uma visão oficial já definida e sacramentada.

A influência na determinação de uma visão oficial do que seja “favela” é muito forte. Por visão oficial entende-se aquela que contribui para que sejam definidas, elaboradas e implementadas políticas específicas para atingir certos objetivos, em lugar de outros, pelos organismos de financiamento internacional, principalmente o Banco Interamericano de Desenvolvimento – BID, o Banco Mundial – WB e da United Nation Conference for Human Settlements – UnchS.

Pugh (2001) revela como e de que maneira a visão oficial evoluiu e mudou ao longo dos 50 anos de existência das políticas de ajuda internacional.

A existência de uma visão oficial justifica-se pela incapacidade da maioria das nações subdesenvolvidas, parte considerável das quais tinha conquistado há pouco sua independência,² de responder adequadamente aos seus vários problemas internos, dentre os quais a amenização dos efeitos da explosão demográfico-urbana das cidades-capitais em razão de um forte êxodo rural-urbano.

Essa visão tem mudado ao longo dos anos e acontecido em razão de fenômenos exógenos e marcadamente por ajustes de natureza econômico-política e ideológica na escala planetária, que produziram duas conseqüências determinantes, ambas resultantes da necessidade de dominar essas questões:

- adoção de uma perspectiva determinista em relação aos processos ocorrentes;
- homogeneização e uniformização planetária das análises desses fenômenos.

Resultado dessa postura foi a colocação em segundo lugar, frente à necessidade de buscar respostas em tempo rápido, da compreensão das especifici-

² A maioria dos países da África e parte da Ásia, ao contrário do que aconteceu na América Latina, alcançaram sua independência somente nas últimas décadas da primeira metade do século XX.

dades e das verdadeiras essências dos fenômenos, entre os quais as favelas. As práticas desempenhadas nesses lugares pela população moradora e o resultado dessas práticas em termos de produção do espaço foram por longo tempo ignorados.

Atualmente, essa postura, apesar de ainda presente, é cada vez mais discutida, especialmente por quem acredita que o conhecimento e o estudo desses lugares sejam uma etapa obrigatória para a compreensão de uma realidade que transcende a dimensão desses fenômenos incidentes nas sociedades.

Esse enfoque pode ampliar a compreensão dos fenômenos, já que possibilita o envolvimento de um número maior de agentes, potencializando os recursos (humanos e físicos) disponíveis, tanto no sentido horizontal, colocando no mesmo plano de discussão agentes que historicamente tiveram poucos contatos nesse sentido, quanto no sentido vertical, viabilizando uma postura propositiva também por parte dos agentes locais.³

A concretização desse cenário pode possibilitar a refutação da hipótese – não comprovada, mas plausível – de que a situação existente, em vista do alcance limitado dos resultados obtidos pelas políticas produzidas ao longo de quase 40 anos de atividade, seja fruto da adoção intencional de um olhar desviado para com esse fenômeno, com o objetivo oculto de impossibilitar a realização de um conhecimento que possa chegar à compreensão da íntima essência desses lugares, chancelando, desse modo, o conhecimento epidérmico como o único possível, e sacramentando a adoção de manifestações e feições desse fenômeno enquanto mero elemento recorrente e casual na paisagem urbana.

Essa adoção tradicionalmente absorve e transpõe elementos da favela para o resto da cidade e vice-versa, através de um processo de osmose e graças às variações de pressão, em parte fomentadas por programas e políticas públicas. Quando ocorre, essa adoção é a manifestação de uma intencionalidade ambígua, desviada e hipócrita, que não permite senão a produção de um conhecimento que objetiva a não solução do problema. O problema não resolvido e sua permanência servem de consagração ao fazer hipócrita que, concretizando um paradoxo, perpetua a adoção de uma única pauta metodológica e investigativa para com esse lugar, na crença dogmática de que o caminho seja um só.

Mas esse dogma parece estar com os dias contados, porque se fazem ouvir, cada vez mais e com mais força, vozes destoantes. Primeira porta-voz dessas críticas, Berenstein (2003, p. 14) foi capaz de afirmar que “frente a esta complexidade não é possível definir uma única pauta que resulte em um

³ Sugere-se a ampliação das instâncias de conhecimento e estudo através do envolvimento da própria população como agente conhecedor e investigador de si mesmo.

modelo universal de atuação. Ou seja, não é possível propor um modelo de soluções que seja universalmente reproduzível”. Como consequência dessa assertiva, pode-se entender que tampouco é possível propor ferramentas, metodologias e modelos cognitivos e de análise universalmente reproduzíveis.

Abordagem convencional

A partir dos indícios da existência da produção de um conhecimento que poderia ser chamado de improdutivo, cabe refletir a respeito do seu grau de intencionalidade, enfim, do seu grau de hipocrisia.

Há evidências de que, se a intencionalidade realmente existir – e tudo indica que sim –, ela não apresenta as conotações de uma estratégia oculta, não se tratando portanto de um cálculo objetivo e frio. Parece mais plausível enxergar o conhecimento improdutivo como um dos efeitos produzidos pela mencionada pressão de osmose entre os grupos sociais, uma das características da nossa sociedade. A sociedade brasileira contemporânea encontra-se hoje ainda fortemente segmentada, herdeira de uma postura que fomenta essa segmentação e que se respalda em âmbitos diferentes:

- nacional e local, como resultado de uma postura histórica de incompreensão entre os componentes sociais e de suas manifestações em todos os sentidos, com a exclusão recíproca como consequência;
- supranacional, regional e mundial, com a aplicação de modelos e parâmetros alheios às realidades existentes.

Essa postura permeia tanto o pensamento das academias quanto o fazer administrativo e político, ambos reflexo de uma lógica em cascata, imposta hierárquica e autoritariamente, da qual poucos conseguem escapar.

Os dados do último censo de 2000 (FJP, 2002), corroborados por dados locais produzidos por várias instituições (CEDEPLAR, 2004), indicam que a favela, em vez de desaparecer e ser absorvida pela cidade, consolidou-se e alastrou-se quase livremente, transformando tanto suas feições mais evidentes, de natureza físico-urbanística e arquitetônica, quanto aquelas mais escondidas, de natureza econômica, sociológica e cultural.

Trata-se de mais uma evidência da incapacidade da visão convencional, nas suas vertentes analítica e propositiva, de nortear esse processo, admitindo sua defasagem com a realidade.

De fato, o que corrobora a visão convencional é a maneira de descrevê-la, feita quase exclusivamente através do olhar proposto pela geografia crítica,⁴

⁴ A geografia crítica aparece após a Segunda Guerra Mundial no bojo do debate criado pela crise do pensamento geográfico tradicional e como crítica a este último. A proposta da geografia crítica visa a contrapor-se à postura passiva da geografia tradicional, vista como uma “herança da sociedade burguesa, de base positivista e, portanto,

olhar que influencia o conhecimento, as atitudes, as posturas e as tomadas de decisão. Não se pretende, nesse contexto, diminuir a importância dessa abordagem, que está e esteve na capacidade de problematização histórica do fenômeno, colocando o estudo da favela como uma questão a ser enfrentada e debatida numa pauta de discussão mais ampla. O que se propõe é a crítica a um tipo de abordagem que, se por um lado permitiu o nascimento de uma dialética discursiva sobre essas questões, por outro hegemonizou o diálogo, cristalizando-o progressivamente, de maneira a abaixar e inibir as capacidades de compreensão, conhecimento e proposta.

A hegemonização do discurso, obtida ao longo dos anos, é consequência da incapacidade da abordagem crítica para requalificar, flexibilizar e atualizar seus argumentos em consonância com as mudanças globais, e isso resulta, agora, em uma hegemonização que acaba mascarada pela incorporação instrumental de temas atuais como, por exemplo, a questão do meio ambiente.

A abordagem crítica teve, num primeiro momento, repercussão e resultados positivos, na medida em que tornou possível, pela sua aplicabilidade em todas as escalas, o estudo da favela com recortes analíticos e metodológicos que favoreceram a adoção de um instrumental de análise e de intervenção; por sua vez, esse instrumental possibilitou, a partir de pressupostos teóricos assumidos incondicionalmente, a implementação de ações em escala local. Entretanto, o foco da análise, retido e amarrado na assertiva incondicional de que o fenômeno favela é única e exclusivamente o produto de um processo de exclusão (social, espacial, econômica e política) de uma parte da população urbana brasileira operado por uma ação conjunta entre Estado e capital pautada na extremização do processo de produção de lucros e dos ganhos do

contrária aos interesses dos trabalhadores” (EVANGELISTA, 2000), afinal uma ferramenta posta a serviço das forças dominantes pela manutenção do *status quo*. Para isso, a geografia crítica busca objetivar seus métodos de análise e de proposta, apropriando-se da visão marxista para a análise do espaço. Pressupondo que as injustiças e as desigualdades sociais e espaciais são estigmas das sociedades capitalistas, é dada ênfase aos temas relevantes do ponto de vista social com o objetivo de incentivar os mecanismos das lutas de classe, tais como: as desigualdades, a pobreza, as injustiças sociais, a deterioração dos recursos ambientais, as desigualdades espaciais e sociais nas estruturas urbanas e outros. A geografia crítica surgiu na Europa em parte graças ao influxo da escola americana da chamada Geografia Radical, onde geógrafos como John Hopkins, Clark, Simon Fraser e outros se davam à leitura e à análise das obras de Marx e Engels. Na produção da Geografia Radical, o livro de David Harvey – *Social justice and the city* (1973) foi a primeira tentativa de apresentar uma síntese e um marco teórico para a análise marxista do espaço urbano. A geografia crítica encontrou um terreno fértil na França, onde se destaca o geógrafo Yves Lacoste, cujo grupo se tornou responsável pela revista *Hérodote*, editada desde 1976. No Brasil, a geografia crítica apareceu no final dos anos 1970. “Com o estabelecimento da abertura política brasileira a partir da década de 1970, o marxismo tornou-se um verdadeiro ponto de referência na geografia para ajudar a compreender o que se passava e o que passou” (EVANGELISTA, 2000). Entre os autores brasileiros, o geógrafo Milton Santos atraiu a atenção do mundo acadêmico e novos adeptos com sua obra *Por uma nova geografia* (1978).

capital, acabou determinando um leque de propostas que nunca atingiriam os resultados desejados e que, ao contrário, apresentaram-se como um conjunto de práticas inconcludentes ou com resultados de curta duração.

Afinal, por mais que isso possa parecer paradoxal, a abordagem crítica acabou por se transformar em mais uma esperta estratégia de manutenção do *status quo*, articulada por parte do capital e de seus representantes institucionais nas instâncias políticas e decisórias dos três âmbitos de governo.

A questão mais grave na abordagem crítica está na vinculação entre a dimensão global e a local, especialmente no que diz respeito à relação entre análises, propostas e objetivos construídos a partir da escala global e ações e práticas desenvolvidas na escala local que, fortemente condicionadas pelos primeiros, acabam não conseguindo implementar os objetivos propostos.

Essa defasagem pode ser imputada tanto à falta das adequações de escala necessárias à passagem do global para o local quanto à unidirecionalidade (global-local) dessa passagem, inexistindo uma alimentação no sentido contrário (local-global).

As tentativas relacionadas à escala local, tanto no campo do conhecimento em si, quanto no das metodologias e propostas, acabaram se transformando em atividades pontuais de curto alcance, devido à falta de uma amarração estratégica mais abrangente, que deveria ser comandada por uma instância de alcance nacional.

A falta dessa estratégia acabou condicionando as tentativas de tal maneira que é quase impossível encontrar exemplos de articulação de propostas de análise e estudo numa ordem mais abrangente.⁵ Se isso acontecesse, seria possível viabilizar a integração da produção de conhecimento e das propostas num quadro definidor de políticas públicas capazes de alterar significativa e positivamente essas realidades.

Infelizmente, a prática recorrente é outra e o discurso oficial ainda se sustenta em velhos argumentos, adotando, de maneira instrumental e num marco teórico dado *a priori*, outras questões e temáticas.

A carência de infra-estruturas e moradias dignas gera impactos sobre o meio ambiente e, em particular, sobre a qualidade de vida da população. No caso específico dos assentamentos periurbanos, a chamada cidade informal tem sido espaço não apenas de concentração de pobreza, mas também de poluição dos solos e cursos d'água, desestabilização dos terrenos e assoreamentos, além da proliferação de vetores de doenças. (...) Os processos econômicos geradores de concentração de renda, desemprego e pobreza são formadores dessa cultura de exclusão. As massas despossuídas estão fora do mercado e, portanto, sem condições de acesso aos bens e serviços necessários à vida. São portanto sobreviventes numa sociedade onde ser pobre é como ter doença

⁵ Há atualmente certa esperança de que essa instância abrangente seja incorporada pelo recém-criado Ministério das Cidades.

contagiosa. A cultura da exclusão reflete-se no preconceito contra as populações faveladas. Os excluídos são vistos como marginais e violentos, bandidos do asfalto. (BRETAS, 1995, p. 133)

Trata-se então da concretização de uma postura que desconhece que “os lugares não são simples ‘acidentes’ para o homem, mas correspondem antes ao seu ideário fundamental, e a partir deles é que se elaboram as diferentes geometrias ou topologias criadoras do espaço” (MONTEIRO, 1984, p. 24).

ABORDAGENS NÃO CONVENCIONAIS

A questão referente à vinculação global/local pode ser transposta, obtendo-se os mesmos resultados, para a questão da análise histórica do fenômeno favela. É raro um trabalho acadêmico que aborde essa questão de maneira abrangente e exaustiva e busque mencionar, além de sua localização e existência, suas relações com a evolução do processo de urbanização e com as lutas políticas da comunidade. Nesse panorama desolador, destacam-se, entre outros, o trabalho de Valladares (2000) sobre as favelas do Rio de Janeiro e o de Guimarães (1991) sobre as ocupações informais em Belo Horizonte.

No panorama dos estudos sobre vilas e favelas falta uma análise que seja capaz de interceptar, ao longo da história urbana, não somente as questões referentes à ampliação e à consolidação do processo de exclusão social, econômica e espacial dessas populações, mas também a evolução das questões de caráter geográfico, urbanístico, arquitetônico, sociológico, econômico, ideológico e cultural desses lugares.

A favela, não obstante alguns indiscutíveis avanços, continua sendo abordada por trabalhos de natureza pontual, que acabam retalhando sua história em inúmeras histórias cuja única finalidade é atender à necessidade de contextualização de inúmeros estudos de caso.

Trata-se de uma lacuna grave, sintoma e reflexo de uma maneira superficial e preconceituosamente estereotipada de operar nessas realidades, que pode e deve ser preenchida urgentemente. Essa urgência justifica-se pelo progressivo e natural desaparecimento dos registros originais desses lugares, em razão de sua própria evolução, e pela falta de uma produção acadêmica que possa servir, de um lado, para arquivar esses registros de uma vez por todas – nesse sentido, Sauer (1998, p. 20) lembra-nos que “o elemento tempo está admitidamente presente na associação dos fatos geográficos que são, por consequência, em grande parte não recorrentes” – e, do outro, para o reconhecimento efetivo da favela como digna de atenção frente ao restante da cidade, desvendando seu verdadeiro papel na conformação da cidade brasileira e na caracterização de suas especificidades e unicidades.

A variada realidade das cidades brasileiras traz, em seu conjunto de histórias urbanas, casos emblemáticos que resgatam as favelas enquanto espaço urbano estratégico e dinâmico, de tal maneira que suas mutações, sincrônicas e diacrônicas, são respaldadas por processos de natureza e ordem complexas, via de regra ignorados em termos de causas e efeitos, a não ser quando suas manifestações mais extremas chegam a afetar a ordem pública.

Para tentar trazer um pouco de luz ao estado de compreensão desse fenômeno, parte-se do pressuposto de que é necessário conhecer o conjunto das abordagens existentes, especialmente aquelas que pretendem buscar caminhos alternativos em prol do afastamento dos tão recorrentes estereótipos. Para viabilizar esse objetivo, mas sem a pretensão de ser exaustivo, pretende-se começar pela abordagem radical, a qual enxerga a favela como um espaço social e econômico, na maior parte constituído fora dos circuitos formais de produção do capitalismo contemporâneo, mas ao qual sempre se remete e que, por isso, a partir das especificidades do capitalismo periférico de matriz brasileira, desempenha o papel estratégico de amortecedor das instâncias capitalistas oficiais (SANTOS, 1979).

As críticas à abordagem radical já foram colocadas. Cabe, entretanto, lembrar que não se descarta essa visão, pelo contrário, ela é aceita, assim como as tratadas em seguida.

Abordagem cultural

A abordagem cultural é relativamente recente e tem o mérito de introduzir uma alternativa de estudo e análise até então deixada de lado, muito em razão do fato de que a abordagem dominante (radical) não considera como significativa a existência de uma cultura específica, tomando-a, na visão marxista que a domina, como uma superestrutura, mero elemento acessório. Como contraponto, começam a aparecer estudos que investigam e demonstram claramente a existência de uma cultura nas favelas que pode e deve ser estudada, já que desempenha – e somente agora isso aparece com certa clareza – um papel estratégico na caracterização e definição de uma cultura local específica. A cultura local é o meio através do qual se viabilizam as relações e os processos de produção do ambiente físico e que propicia as trocas bidirecionais com a cultura nacional oficial.

Segundo Berenstein (2003),

a discussão das questões culturais e principalmente estéticas das favelas sempre foi um tabu, mesmo sabendo-se que o samba e o carnaval (e várias outras festas populares e religiosas), ícones da nossa cultura popular, se desenvolvem e têm ligação direta com esses espaços. (p. 51)

A ligação entre samba e favela é apontada por Oliveira e Marcier (2003, p. 82), em seu trabalho sobre as favelas do Rio de Janeiro:

Paralelamente à sua configuração como espaço do pobre, a favela viria a se consagrar também como espaço do samba. Tal associação, que na verdade se faz entre samba e morro, de tão forte e recorrente na produção musical, tende a ser tomada como elemento constituinte da própria definição de favela.

A partir do trabalho desses autores, a favela caracteriza-se como um espaço produtor de um tipo de cultura veiculada principalmente pela música, mas que não se limita ao samba e ao carnaval, os quais, embora se perpetuem ano após ano, evoluem através de e para novas tendências, como, por exemplo, o *funk* e o *hip-hop*,⁶ gêneros musicais que se alastram da favela para o resto da cidade e que são manifestações em linha com a evolução da sociedade brasileira contemporânea.

França e Bayeux (2002, n.p.), em um artigo de apresentação da exposição brasileira na Bienal de Veneza de 2002, cujo tema era a favela, abordam essa diversidade de identidades, afirmando que elas devem ser compreendidas para que possam ser adequadamente operadas do ponto de vista projetual:

É necessário considerar a cidade não como um todo orgânico e uniforme, mas como um conjunto de coletividades que devem ser pensadas em função de suas personalidades específicas, garantindo-lhes, assim, suas próprias identidades. Ou seja, se por um lado para o arquiteto essa diversidade significa complexidade, por outro torna-se um desafio instigante para o pleno exercício de sua atividade criadora.

A atividade criadora permeia esses lugares de tal maneira que neles não se pode operar sem aderir a ela. A atividade criadora não é nem deve ser privilégio único do arquiteto, devendo pertencer a todo e qualquer profissional (geógrafo, engenheiro, sociólogo, economista, médico, pedagogo etc.) que atue ou pretenda atuar e contribuir para a melhoria desses lugares.

Abordagem estética

A abordagem estética da favela, o terceiro tipo de abordagem, busca compreender o lugar através do estudo da imagem produzida e da paisagem que compõe junto com a cidade. Entre os poucos autores que utilizam essa abordagem, Berenstein (2003) reconhece a necessidade de compreender a lógica formativa e evolutiva que rege a composição para nela poder intervir:

⁶ Para um aprofundamento sobre tal fenômeno, ver Herschmann (2000).

Para intervir nesse universo espaciotemporal, em tudo diferente do resto da cidade, é imprescindível compreender um pouco melhor essa diferença. Existem algumas características básicas gerais desse processo espaciotemporal dinâmico (mais do que o próprio espaço, é a temporalidade que causa a diferença) das favelas, que são bem distintas do dispositivo tradicional de cidade formal, em grande parte projetada e construída por técnicos. (p. 53)

Ainda segundo essa autora, “as favelas têm uma identidade espacial própria (mesmo sendo diferentes entre si) e ao mesmo tempo fazem parte da cidade como um todo, da sua paisagem urbana” (p. 53). A compreensão estética da favela passaria então pela identificação de alguns elementos/gêneses desse espaço, elementos/frutos do processo, assim nomeados pela autora: o “fragmento”, elemento constituidor da íntima essência do processo iterativo de desenvolvimento da produção vernácula desses espaços; o “labirinto”, elemento que desempenha o papel de interligar, costurar e complementar os espaços compostos de fragmentos; e o “rizoma”, elemento resultante da interação com condicionantes físicos espaciais artificiais de maior inércia e que constitui um estágio maduro e avançado do processo de crescimento e consolidação da favela na cidade.

Nessa primeira tentativa de criar categorias de análise para o entendimento das questões estéticas das favelas, o que a autora defende é a necessidade de dirigir a esses espaços um olhar que permita compreender as lógicas compositivas e os elementos básicos da sua formação. Se, por um lado, a proposta apresentada é cativante e fascinante, por outro ela peca na fase operacional, não indicando caminhos propositivos satisfatórios e limitando-se a sugerir, após a fase de análise e busca das lógicas existentes nesses espaços e dos elementos compositivos caracterizados, um tipo de intervenção baseado no conceito de “intervenção mínima”.

Segundo Berenstein (2001), a intervenção mínima redimensiona o papel do arquiteto e do urbanista, tornando-o viável na medida em que

é possível “urbanizar” preservando-se a alteridade das favelas, através de uma metodologia de ação (intervenção mínima), sem projeto convencional, inspirada na própria estética da favela. (...) Para se preservar o espaço-movimento [para a autora, peculiaridade da favela], deve-se tentar agir sem um projeto convencional, atuando por microintervensões, ou seja, intervenções mínimas que sigam o fluxo natural e espontâneo que já existe na favela.

Trata-se de uma visão que, embora específica, tem o mérito de abrir o debate a respeito de questões muito pouco trabalhadas pela academia, em boa parte devido ao tabu que ainda existe em olhar a favela através dessa perspectiva. É por essa razão que propostas desse tipo se prestam a críticas quando contrapostas a outras visões.

Abordagem antropológica

A abordagem antropológica constitui o quarto tipo de abordagem, que, apesar de suas enormes potencialidades, encontra-se ainda incipiente. Através das palavras de Fonseca (2000), um dos poucos autores que trabalham com essa abordagem, entende-se a necessidade desse tipo de estudo:

Há séculos, o discurso das classes privilegiadas sobre o comportamento dos pobres oscila entre a compaixão e a condenação indignada. Enquanto os etnólogos vão longe para encontrar povos exóticos, cujo estudo nos ensina “verdades fundamentais do homem”, os costumes dos nossos pobres apenas são considerados para facilitar intervenções educativas (para “ajudar” ou “recuperar”). Em nossas favelas raramente reconhecemos uma cultura digna de interesse quando não há um distanciamento étnico (ciganos, negros etc.) ou histórico (quilombos do século XVIII). Por mais que se admita que “eles”, os pobres nos seus guetos, sejam nitidamente diferentes de “nós”, essa diferença é interpretada como forma degenerada ou patológica de nossa organização social, ou seja, a das classes dominantes. Para falar de povos longínquos, agilizam-se conceitos tais como “ritos agonísticos”, “sociabilidades tribais” e “famílias consangüíneas”. Chegando perto de casa, estes são substituídos por termos tais como “violência”, “promiscuidade” e “famílias desestruturadas”. (p. 14)

Esse tipo de abordagem tem um papel importante quando se pretende encontrar as relações entre as práticas utilizadas e os espaços produzidos e identificar de que maneira os espaços são emanção de práticas culturais/antropológicas e vice-versa. Para isso não será necessário começar do nada, pois existe, como nos informa Fonseca (2000, p. 217), um conjunto de estudos relativamente recentes,⁷ produzidos no final da década de 1980, cujos autores “se dirigem aos bairros da periferia para estudar as dinâmicas culturais próprias desse meio: a música, os circos, os clubes de futebol, a organização familiar, as formas de participação política etc.”

Abordagem ambiental

A abordagem ambiental, adotada para o estudo das favelas nas últimas duas décadas mais como efeito da universalização do seu uso, acabou por ser manipulada e transformada de maneira a se encaixar como mais uma ferramenta de análise da abordagem radical. A abordagem ambiental, verdadeira abordagem alternativa para estudo, análise e compreensão da favela, tem suas raízes na visão integrada de meio ambiente proposta por Hard (1973) e Leser (1978), que funde o conceito de ecologia ao de paisagem da escola

⁷ A autora cita Zaluar (1985); Magnani (1984); Duarte (1986); Caldeira (1984).

geográfica alemã, dando origem ao conceito de *Landschaftoekologie*, “estudo integrado de um sistema ecoambiental, mais amplo que o estudo da *Landschaft* como estudo do meio ou ambiental (*Lebensraum*)” (KÖHLER, 2004, n. p.). Essa abordagem ainda não foi testada, mas acredita-se que possa fornecer importantes contribuições, devido à sua maneira de enxergar a favela, ou seja, como uma “porção limitada qualquer da geosfera, ou espaço geográfico, zona de interação da lito-, pedo-, hidro-, atmo-, biosfera, esta última englobando a antroposfera” (KÖHLER, 2004, n.p.).

DISCUTINDO OUTRA ABORDAGEM

O que foi visto até agora fornece um quadro articulado e, por isso, positivo, mostrando que existem abordagens alternativas, cada uma possuindo, em diferentes graus, potencialidades que ainda devem ser exploradas integralmente e encontrando-se num estágio diverso de teste e aplicação para essas áreas.

Outro elemento positivo desse quadro é a adoção, pelos pesquisadores, de uma nova postura, pautada na busca de um conhecimento que se produz cada vez mais na crítica à importação de conceitos e matrizes teóricas exógenas, sem que sejam testadas, adequadas, melhoradas, afinadas ou, se for o caso, descartadas. Ao mesmo tempo e cada vez com mais força, aparece o esforço pela construção de matrizes teóricas endógenas pautadas na capacidade de compreensão desse fenômeno por quem o vivencia quase cotidianamente.

Ainda no começo da década de 1980, Monteiro (1984) já apontava essa necessidade. Segundo ele, faz-se urgente o resgate de uma visão mais ampla e integrada de estudos geográficos que possam abranger questões antropológicas e psicológicas, devendo esse resgate partir das próprias sociedades envolvidas:

É impossível deixar de admitir ou ignorar que, ao mesmo tempo, existem espaços “edificados” que traduzem diferentes graus de “derivações” dos ecossistemas primitivos, de onde provêm “os recursos explorados”. Exploração esta que faz com que esses recursos sejam “percebidos” pelas decisões de poder, dentro de contextos “culturais” de uma realidade social. Não apenas as lentes reveladoras do econômico e do social são aquelas necessárias ao aparato ótico do geógrafo. Por que não incluir, sobretudo em benefício daquela “visão para dentro”, as lentes do antropológico e do psicológico para melhor compreender a história que tem criado as diferentes geografias? (MONTEIRO, 1984, p. 23)

Esse processo – que, segundo ele, não pode ser totalizante – busca como fim último o conhecimento e envolve um conjunto de dimensões e posturas que deveriam partir do próprio agente investigador (indivíduo) e neste en-

contrar justificativa, a partir de sua bagagem de experiências e de suas capacidades cognitivas e intuitivas:

O conhecimento geográfico pode produzir-se pela “experiência” pessoal, através da percepção (espontâneo), por meio da “aprendizagem” (reflexão crítica) e ajudado pela “memória” (do passado) e pela “imaginação” (para o futuro). E, nessa travessia, a “lógica” (racional) não está necessariamente desacompanhada da “fé” (paixão), sobretudo porque não se trata de um processo isolado, mas que se realiza no coletivo sociocultural. (MONTEIRO, 1984, p. 23)

Na sua proposta está implícito o reconhecimento da necessidade de se alcançar uma visão que, afastando-se do perigo da especialização e conseqüentemente da parcialidade, seja abrangente, chegando a integrar todos os campos do conhecimento. Essa exigência não é casual, mas responde a uma demanda que acabou transparecendo na análise das novas abordagens, já que estas, apesar de constituírem avanços significativos, pecam por se mostrarem tímidas no que tange à capacidade de se integrarem umas às outras como peças de um quebra-cabeça. A única exceção talvez seja a última abordagem apresentada, que, mesmo assim, deve ser vista com reservas, em razão de ser sua aplicação ainda muito incipiente.

No contexto apresentado, torna-se prioritária a busca de uma visão que opere de forma a integrar as abordagens anteriores, respeitando-as, garantindo suas autonomias e evitando um processo de incorporação instrumental.

A busca de Monteiro vai nesse sentido, e sua proposta aponta para a criação de “um pensamento não radical e integrativo da natureza e do homem” (MONTEIRO, 1984, p. 25). Esse pensamento busca descobrir e compreender as conexões e as ordens existentes entre os fenômenos, uma tarefa que, segundo Sauer (1998, p. 17), é científica e “a única à qual a geografia deveria dedicar suas energias”.

Sauer (1998) é o primeiro autor a encará-la como “o estabelecimento de um sistema crítico que envolva a fenomenologia da paisagem, de modo a captar, em todo seu significado e cor, a variada cena terrestre” (p. 22). Seu principal trabalho, *A morfologia da paisagem*, publicado nos anos 1930, considera que a paisagem possui uma qualidade orgânica, “uma forma da terra na qual o processo de modelagem não é de modo algum imaginado como simplesmente físico” (p. 23). A paisagem “pode ser, portanto, definida como uma área composta por uma associação distinta de formas, ao mesmo tempo físicas e culturais” (p. 23) inter-relacionadas dinamicamente ao longo do tempo. As formas

constituem uma realidade como um todo, que não é expressa por uma consideração das partes componentes separadamente; a área tem forma, estrutura e função e, daí, posição em um sistema, sendo sujeita a desenvolvimento, mudanças e fim. Sem essa visão de realidade da área e de suas relações, só

existem disciplinas específicas e não a geografia como é geralmente entendida. (p. 22)

Sauer (1998) faz uma distinção entre paisagem natural e paisagem cultural:

A área física é o somatório de todos os recursos naturais que o homem tem à sua disposição na área. Está além da sua capacidade acrescentar qualquer coisa a esses recursos; ele pode “desenvolvê-los”, ignorá-los em parte ou explorá-los. A segunda metade da paisagem, vista como uma unidade bilateral, é sua expressão cultural. Há uma forma estritamente geográfica de se pensar a cultura, a saber, a marca da ação do homem sobre a área. Podemos pensar nas pessoas como associadas dentro e com uma área, como podemos pensar nelas como grupos associados por descendência ou tradição. No primeiro caso, estamos pensando em cultura como uma expressão geográfica, composta de formas que são uma parte de fenomenologia geográfica. Sob esse aspecto, não existe lugar para um dualismo de paisagem. (p. 30)

Essa distinção enfatiza a necessidade de uma postura analítica que busque entender as relações e conexões existentes entre paisagem natural e paisagem cultural:

A paisagem cultural é modelada a partir de uma paisagem natural por um grupo cultural. A cultura é o agente; a área natural é o meio; a paisagem cultural, o resultado (...). A paisagem natural é evidentemente de fundamental importância, pois ela fornece os materiais com os quais a paisagem cultural é formada. A força que modela, entretanto, está na própria cultura. (p. 59)

A compreensão da paisagem passa, segundo o autor, pelo método morfológico, que, como ele reconhece, pode ser um caminho também para as ciências sociais. Sauer (1998) menciona o exemplo da antropologia, ciência em que, segundo ele, esse método foi utilizado com maior sucesso:

Essa ciência pode se vangloriar de uma lista de honra de pesquisadores que tiveram a paciência e a habilidade de abordar o estudo das instituições sociais de forma fenomenológica, através de classificação das formas, desde aquelas materiais concretas, como o vestuário ou a habitação e as ferramentas, até a linguagem e os costumes de um grupo, desse modo identificando passo a passo a complexa estrutura da cultura. (p. 33)

Monteiro (1984, p. 25) também reconhece que a compreensão da paisagem passa inevitavelmente pela análise da morfologia, que deve ser ampliada, concentrando-se em volta da percepção, especialmente daquela

vivida e compartilhada [que] se constrói na intersubjetividade e passa a ser o elemento “constituente”, deslocando a reflexão da consciência para o corpo. O “espírito bruto” que se torna necessário redescobrir é um imperativo que advém dessa corporeidade reflexionante, que é, antes de tudo, um campo transcendental onde se fundem todos os níveis constitutivos,

chegando a incluir a análise do aspecto fenomenológico, que “transparece ou transcende na intercessão das experiências individuais múltiplas, pela engre-

nagem de uma sobre as outras, sendo, portanto, inseparável não só na subjetividade como na intersubjetividade (do indivíduo à sociedade)”.⁸

A abordagem apresentada por Sauer e Monteiro para a análise da paisagem, baseada no estudo da morfologia em seu sentido mais abrangente, pode ser usada para a análise da favela. Entretanto, como os autores não abordam as questões relativas à sua operabilidade, faz-se necessário perguntar: que instrumentos alternativos e novos esse tipo de abordagem oferece para se encontrar caminhos que, para além da compreensão, possam promover diretrizes e propostas coerentes de intervenção nas vilas e favelas?

ABORDAGEM FENOMENOLÓGICA DE MALARD

A primeira autora a articular uma resposta coerente para esse tipo de questão foi Malard (1992, 2001, 2002). Com base em conceitos à primeira vista eminentemente arquitetônicos, ela conseguiu desenvolver uma aplicabilidade que vai além das questões habitacionais. Souza (1998) testou a dimensão urbanística da teoria de Malard, aplicando-a a uma rua do bairro Santa Teresa, em Belo Horizonte. Os resultados apresentados por Souza confirmam sua validade, abrindo a possibilidade de ela ser validada e aplicada ao estudo e à análise da favela. Não existem ainda exemplos de aplicação dessa metodologia para essas áreas, mas espera-se que isso seja feito logo. Parece evidente, entretanto, que a teoria de Malard pode chegar, de fato, a definir diretrizes e caminhos capazes de promover processos e propostas coerentes de intervenção para uma melhoria efetiva, isto é, condizente com o lugar e seus habitantes.

Para desenvolver sua teoria, Malard parte das características fundamentais do morar apresentadas por Korosec-Serfaty (1960) e que se resumem em três relações:

- estabelecimento de um interior/exterior;
- estabelecimento de visibilidade;
- apropriação.

Essas três características podem ser inscritas, segundo Malard *et al.* (2002, p. 36), em quatro conceitos que, pontos cardeais de sua proposta, compõem a experiência do morar ou do “usufruir a privacidade de um território delimitado fisicamente, caracterizado socialmente e qualificado ambientalmente”. Esses conceitos são territorialidade, privacidade, identidade e ambiência.⁸ Neles se integram todas as “abordagens não convencionais” vistas ante-

⁸ Para aprofundamento das características, origens e contribuições teóricas para a definição desses conceitos, sugere-se a leitura de Malard (1992) e Souza (1998).

riormente. Cada uma encontra seu lugar em um ou mais conceitos, resultando estes últimos exaustivos no que diz respeito à capacidade de leitura e entendimento do espaço construído.

Com os conceitos definidos por Malard *et al.* (2002, p. 26), os quais “se constituem nas dimensões fenomenológicas do habitar”, Souza (1998, p. 52) consegue simultaneamente integrar as abordagens existentes e conceituar a habitabilidade “através de dimensões existenciais que devem ser compreendidas como dimensões dadas a partir da totalidade do homem no espaço” ou “a partir dos eventos, que são as atividades humanas que implicam em interações com as coisas ou com outras pessoas”.

A escolha desse método se justifica por ser ele “um modo aparentemente mais abrangente e profundo para tratar a complexidade do conceito de habitar, uma vez que considera o homem e seu meio como uma totalidade” (SOUZA, 1998, p. 50). Nessa afirmação de Souza estão implícitas muitas das considerações feitas por Sauer e Monteiro. O mesmo autor, citando Gomez (1980), indica como a abordagem fenomenológica pretende recuperar a dimensão existencial em todas as áreas do saber, salientando que o enfoque fenomenológico na teoria de Malard “é uma tentativa de fazer a convergência das contribuições de diversas áreas do saber para o campo da arquitetura, uma vez que se consideram todas elas, o que, através da fenomenologia, resgata a dimensão da existência humana, indaga sua finalidade e dá sentido ao fazer do homem” (SOUZA, 1998, p. 52).

Através das palavras de Souza (1998), compreende-se como a proposta de Malard pode ser aplicada em diversas escalas, sem com isso perder sua efetividade:

A identidade e o valor da casa só podem ser compreendidos quando a casa é tornada pública, quando é considerada uma casa em uma rua. A rua é assim concreção do espaço existencial, no qual o sentido é o da casa que se apresenta ao público e onde o que é público realiza a autenticidade da presença da casa. (p. 53)

Além de na abordagem fenomenológica integral e ampliada, a efetividade da proposta está na operacionalidade do chamado “conflito arquitetônico” e na sua aplicabilidade em uma variedade de âmbitos e escalas através das análises espaciais, possibilitando o desenvolvimento de intervenções propostas pelas próprias comunidades.

O conceito de conflito arquitetônico tem suas raízes em Heidegger (1962), para quem o objeto, se criado para desempenhar uma determinada função, será *ready-to-hand*; caso contrário, será *unready-to-hand*. Segundo Malard *et al.* (2002, p. 38), “todas as situações causadas por *unreadiness-to-hand* são conflitos que revelam a própria essência do elemento que falhou, permitindo-nos capturar essa essência teoricamente, ao observar e analisar o conflito”.

O conflito pode ser encontrado tanto na edificação em si, quanto no espaço público e no conjunto dos espaços construídos. Os conceitos de territorialidade, privacidade, identidade e ambiência podem ser aplicados, da mesma maneira, nesse conjunto de escalas e âmbitos, sem perder seu sentido. Como afirmam Malard *et al.* (2002, p. 38), os espaços arquitetônicos em todos os seus componentes – entendendo-se com isso aqueles espaços produzidos pelo homem – “são sempre lugares significativos porque são especializações da práxis social e, assim, revelam muitas pistas sobre comportamento e relações sociais. Essas pistas são reveladas através dos conflitos que surgem nas interações entre moradores e moradias”.

A abordagem de Malard inclui alguns aspectos que, pouco discutidos até agora, precisam ser colocados para consubstanciar as razões de sua escolha como aquela que permite compreender a complexidade da favela nas suas múltiplas dimensões e resgatar uma ação coerente com a natureza desse espaço.

As questões ligadas ao habitar tratadas nas análises espaciais através do conflito arquitetônico determinam o local como dimensão natural. A abordagem não exclui, a princípio, a dimensão do global como uma das dimensões da intervenção, mas mostra como esta pode ser inoperante, além de equivocada e prejudicial, se tomada *a priori* como condição operativa incondicional.

Dessa maneira, a abordagem de Malard vira às avessas a visão crítica convencional que, como vimos, postula a necessidade de pressupostos ideológicos de caráter universal como condição inicial para qualquer tipo de atuação.

As atuações decorrentes da aplicação da abordagem de Malard buscam e encontram seus conteúdos na dimensão local, na medida em que o lugar e seus componentes são desvendados, tornando-se legíveis e transformando-se em conhecimento. A força dessa abordagem está na apropriação, em termos operativos, dos conteúdos específicos oriundos do próprio lugar, que se caracterizam como conteúdos estruturadores, representando as chaves para pautar:

- trocas bilaterais entre observadores e observados;
- discursos de atuação pragmáticos baseados nas reais exigências e necessidades;
- propostas baseadas nos recursos existentes no lugar;
- propostas sistêmicas e integradas de intervenção.

A viabilidade do que foi dito até agora passa pela necessidade de criar processos de investigação e atuação que partam das comunidades e sejam geridos por elas, sob pena de invalidar e esvaziar a proposta do conteúdo supracitado. No contexto atual, trata-se da necessidade de um genuíno processo de autogestão pautado na inter-relação entre agente local (comunidade) e agentes parceiros (sociedade civil). Esse processo é, a nosso ver, o motor que vai tornar operativa uma abordagem como essa.

O acréscimo do adjetivo “genuíno” ao termo “autogestão” não é casual: visa a distinguir uma autogestão de fato, com autonomia e controle total do agente comunitário, de uma autogestão fictícia, a mais presente hoje em dia, via de regra fomentada e conseqüentemente desvirtualizada por um poder público que não tem ainda, e talvez nunca tenha, a capacidade de delegar às comunidades a organização e o controle de si mesmas. Isso confirma que se trata de um paradoxo falar de autogestão fomentada pelo poder público.

Dimensão local, conhecimento local como fonte de conteúdos, autogestão e visão sistêmica integrada constituem aspectos ainda hoje não tratados como conseqüências operativas da abordagem de Malard.

Existe, entretanto, uma segunda dimensão, sucessiva à implantação das práticas oriundas dessa abordagem e resultado da multiplicação das intervenções. Trata-se da dimensão global requalificada, resultado – e não pressuposto – do conhecimento pautado no local. Com ela poder-se-ia reverter a proposta convencional crítica, definindo-se políticas predominantemente – mas não exclusivamente – sociais, a partir da dimensão local e sem a intromissão do agente público, que teria seu papel redefinido. O poder público seria finalmente destituído de seu atual papel primário para se tornar mais um entre os agentes existentes na sociedade civil.

Como último, mas não menos importante aspecto, a proposta busca uma integração social entre as bases da sociedade e os setores interessados – em geral, as organizações da classe média – em se envolver nesse processo (entre os quais aqueles que mais poderiam contribuir para sua viabilização: as universidades, as associações de profissionais, as associações beneficentes, as associações religiosas, as próprias igrejas, as empresas etc.).

CONCLUSÕES

A crítica à abordagem radical oficial permitiu-nos uma visão das outras abordagens utilizadas para a compreensão da favela, buscando entender as potencialidades de cada uma em termos de análise e de aplicação na melhoria desse lugar.

Em termos gerais, a maioria das abordagens existentes traça direções, alternativas e possibilidades de investigação ainda não exploradas, permanecendo, por isso, com uma capacidade de síntese e abrangência aquém da tão criticada abordagem radical.

Conclui-se que a alternativa capaz de substituir a abordagem radical, sem contudo perder sua aplicabilidade num conjunto variado de escalas e contextos, é a abordagem fenomenológica proposta por Malard, que não exclui as outras abordagens, pelo contrário, chega a se caracterizar como o âmbito no

qual estas podem encontrar pontos em comum e finalmente se integrar num marco potencializado pelas contribuições teóricas que viabilizam, além de sua compreensão, sua aplicabilidade para a solução dos problemas do dia-a-dia e para a melhoria desses lugares.

Referências

BRETAS, P. R. P. Aspectos urbanísticos-ambientais da cidade informal. In: SEMINÁRIO INTERNACIONAL PREPARATÓRIO DA CONFERÊNCIA HABITAT, 2, Belo Horizonte, 1995. **Os desafios da cidade informal: trajetos para a integração dos assentamentos peri-urbanos**. Belo Horizonte: PBH, 1995. p. 133-138.

EVANGELISTA, H. A geografia crítica no Brasil. **Revista da Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras de Duque de Caxias**, Rio de Janeiro, Ano 2, n. 2, p. 18-34, set. 2000.

FONSECA, C. **Família, fofoca e honra: etnografia das relações de gênero e violência em grupos populares**. Porto Alegre: UFRGS, 2000.

FRANÇA, E.; BAYEUX, G. **Favelas upgrading: a cidade como integração dos bairros e espaço de habitação**. **Arquitextos**, n. 27, ago. 2002. Disponível em: <http://www.vitruvius.com.br/arquitextos/arq027_00a.asp>. Acesso em 23 set. 2005.

FUNDAÇÃO JOÃO PINHEIRO. **Déficit habitacional no Brasil**. Rio de Janeiro: CEI/FJP, 2002.

GUIMARÃES, B. M.; VALLADARES, L. do P. **Cafuas, barracos e barracões: Belo Horizonte, cidade planejada**. Rio de Janeiro: Instituto Universitário de Pesquisas do Rio de Janeiro, 1991. 323p.

HARD, G. **Die "Landschaft" der Sprachen die "Landschaft" der Geographen. Semantische und forschungslgische Studien zu eningen zentralen Denkfiguren in der deutschen geographischen Literaturum**. Bonn: Geographisches Institut Universität Bonn, 1970. (Colloquium Geographicum, Bd. 11).

HEIDDEGER, M. **Being and time**. London: SMC Press, 1962.

JACQUES, J. P. Espaço em movimento. In: VARELLA, D. *et al.* **Maré: vida na favela**. Rio de Janeiro: Casa da Palavra, 2003. p. 13-65.

JACQUES, J. P. **Estética das favelas**. [S.l.: s.n.], 2001. Disponível em: <www.vitruvius.com.br/arquitextos/arq000/esp078a.asp>. Acesso em: 23 set. 2005.

KOHLER, C. H. **Estudo integrado de meio ambiente**. Belo Horizonte: PUC Minas, 2004. mimeo.

KOROSEC-SERFATY, P. Experience and use of the dwelling. In: ALTMAN, I.; WERNER, C. M. (Ed.). **Home environments**. New York: Plenum, 1960. p. 65-83.

LEMOS, Mauro Borges *et al.* (Coord.) **BH século XXI: relatório final**. Belo Horizonte: Cedeplar, 2004. Disponível em: <http://www.cedeplar.ufmg.br/pesquisas/sub_pes_pbh.php>.

LESER, H. **Landschaftökologie**. Stuttgart: Uni-taschenbücher 521, 1978. 433 p.

MALARD, M. L. **Brazilian low cost housing: interactions and conflicts between residents and dwellings**. 1992. Tese (PhD) – Universidade de Sheffield.

MALARD, M. L. O método em arquitetura: conciliando Heidegger e Popper. **Cadernos de Arquitetura e Urbanismo**, Belo Horizonte, v. 8, n. 8, p. 128-154, 2001.

MALARD, M. L.; SOUZA, R. C. F.; CONTI, A. *et al.* Narandiba, a morada do sonho. **Cadernos de Arquitetura e Urbanismo**, Belo Horizonte, v. 9, n. 10, p. 35-50, 2002.

MONTEIRO, C. A. F. Geografia & ambiente. **Revista Orientações**, São Paulo, n. 5, p. 19-27, out. 1984.

OLIVEIRA, J. S.; MARCIER, M. H. A palavra é: favela. In: ZALUAR, A.; ALVITO, M. (Org.). **Um século de favela**. Rio de Janeiro: FGV, 2003. p. 61-114.

PUGH, C. The theory and practice of housing sector development for developing countries: 1950-99. **Housing Studies**, v. 16, n. 4, p. 399-423, 2001.

SANTOS, M. **O espaço dividido: os dois circuitos da economia urbana dos países subdesenvolvidos**. Rio de Janeiro: Francisco Alves, 1979.

SANTOS, Milton. **Por uma geografia nova**. São Paulo: Hucitec, 1978.

SAUER, C. A morfologia da paisagem. In: CORRÊA, R.; ROSENDAHL, Z. (Org.). **Paisagem, tempo e cultura**. Rio de Janeiro: EURJ, 1998. p. 15-98.

SOUZA, R. C. F. **A rua e sua habitabilidade: moradores e espaço urbano em situação de conflito; estudo de caso**. 1998. Dissertação (Mestrado em Arquitetura) – Escola de Arquitetura, Universidade Federal de Minas Gerais, Belo Horizonte.

VALLADARES, L. A gênese da favela carioca: a produção anterior às ciências sociais. **Revista Brasileira de Ciências Sociais**, v. 15, n. 44, p. 5-34, out. 2000.

Endereço para correspondência:

ALFIO CONTI

Departamento de Arquitetura e Urbanismo – PUC Minas

Av. Dom José Gaspar, 500 – Coração Eucarístico

30535-610 – Belo Horizonte – MG

e-mail: contialfio@yahoo.com.br